



## **MESA REDONDA**

### **O Planeamento Familiar em Moçambique: Os Desafios da Demanda e Oferta de Serviços para Raparigas e Mulheres”**

#### **RELATÓRIO**

O Centro de Pesquisa em População e Saúde (CEPSA) em parceria com a Fundação MASC, o Governo da República de Moçambique e o Centro Internacional para a Saúde Reprodutiva (ICRH-Moçambique) realizaram no dia 06 de Julho de 2017 no Radisson Blu Hotel, Sala Nkomati na cidade de Maputo a mesa redonda sobre “O Planeamento Familiar em Moçambique: Os desafios da demanda e oferta de serviços para raparigas e mulheres” tendo como objectivo juntar os diferentes intervenientes na área de planeamento familiar e o público em geral para discutir sobre os desafios actuais do planeamento familiar em Moçambique com vista a contribuir para o fortalecimento das acções e programas em curso.

Este evento decorreu no âmbito das celebrações do Dia Mundial da População (11 de Julho) que este ano foi dedicado ao planeamento familiar, reconhecido como um instrumento fundamental para o progresso social e económico das sociedades.

A mesa redonda reuniu três painelistas que dissertaram sobre o PF, nomeadamente, Páscoa Wate (MISAU), Boaventura Cau (UEM/CEPSA), Cecília Bilale (Consultora Independente) e foi moderado por Mohamed Riaz Mobaracaly (Pathfinder Internacional).

O encontro iniciou com a apresentação dos objectivos da mesa redonda e, de seguida foram concedidos 10 minutos de apresentação a cada painalista para contextualizar a situação actual do país e suscitar o debate público. O primeiro painalista debruçou se sobre os desafios de oferta dos serviços de planeamento familiar pelo sistema nacional de saúde; o segundo abordou as barreiras de acesso e uso dos serviços de planeamento familiar; e o terceiro falou

sobre a contribuição das organizações não-governamentais para a satisfação das necessidades de planeamento familiar no país.

### **Participantes**

A participação na mesa redonda foi aberta ao público. Para além do público em geral, participaram no evento representantes de instituições governamentais e organizações não-governamentais que trabalham em assuntos de população e saúde, e no empoderamento das raparigas e mulheres. No total, o evento contou com 93 participantes.

### **Principais Constatções e Desafios**

Os painelistas reconheceram os potenciais benefícios do PF em vários domínios da vida das crianças, adolescentes, mulheres em particular, e no bem-estar da sociedade em geral. Destacaram a importância do planeamento familiar como mecanismo seguro que permite às mulheres e aos casais em idade reprodutiva planificar a gravidez, ou seja, permite as mulheres e seus parceiros decidir quantos e quando ter os seus filhos, o que contribui para uma melhoria dos indicadores de saúde materna e infantil.

As apresentações focaram em três aspectos centrais: nos desafios da oferta dos serviços de PF pelo SNS (no sistema), nas barreiras do acesso e uso dos serviços de planeamento familiar (nas barreiras) e Contribuição das Organizações Não Governamentais para a Satisfação das Necessidades de Planeamento familiar em Moçambique (nas ONG). No entanto, foi sublinhado que apesar dos esforços para a disponibilização dos serviços de planeamento familiar a todas as mulheres e casais, o acesso e uso dos serviços de PF continua um grande desafio no país, pois está abaixo das médias da região e prevalecem barreiras tanto do lado da procura assim como da oferta dos métodos motivadas por múltiplos factores e elevadas necessidades não satisfeitas de métodos de PF.

As tendências actuais mostram que os adolescentes e jovens são um grupo que deve merecer atenção especial por parte dos diferentes actores envolvidos no PF, porque apresentam elevada necessidade não satisfeita de PF. Deste modo, é preciso reforçar a capacidade e oferta de serviços a este grupo. Igualmente sugeriu-se aprofundar melhor entendimento sobre o conceito “planeamento familiar” uma vez que pode embaraçar os esforços de procura destes serviços por este grupo porque, a percepção largamente difundida ao evocar o conceito é que só faz planeamento familiar quem possui família (entenda-se aqui marido, filhos e esposa).

A pouca atenção dada aos programas escolares de saúde sexual e reprodutiva que tinham como propósito oferecer serviços de apoio, aconselhamento e métodos aos adolescentes e

jovens, foi alvo de críticas durante a discussão onde, foi realçada necessidade de melhor e maior coordenação interinstitucional entre os diferentes organismos com capacidade de influenciar esta actividade (Saúde, Educação, Juventude e Desportos entre outras) que num passado recente era largamente difundida nas escolas do país.

Apesar de existirem outras variáveis que determinam o uso ou não dos métodos de PF, a constatação feita nos inquéritos sobre o elevado nível de conhecimento dos métodos de PF deve ser problematizada na perspectiva de alguns participantes, porque o não uso, ou uso inconsistente dos métodos pode revelar a existência da necessidade de se avaliar esse conhecimento possuído, para aferir até que ponto ele é abrangente e incentiva ou não ao uso dos métodos.

Identificou-se também a necessidade de maior envolvimento do homem no PF pelo poder que este exerce sobre as escolhas do casal, e para necessidade de aprofundar o estudo e entendimento do PF nas questões relativas à violência de género.

Apesar da contínua integração destes serviços e dos diferentes mecanismos de provisão dos métodos, outro desafio apontado no encontro prende-se à necessidade de recursos humanos qualificados e habilitados a oferecer estes serviços a diferentes níveis (Unidades Sanitárias, Brigadas Móveis, Distribuição Comunitária), uma vez que a falta de conhecimento e informação pode conduzir a potenciais riscos para sua saúde dos beneficiários, inclusive a abandonos.

A falta de dados sobre a taxa de descontinuidade de contraceptivos e as prováveis causas é uma lacuna existente ao nível dos dados existentes nos inquéritos que dificulta panorama global sobre este indicador no país.

As barreiras em aceder aos serviços estão igualmente relacionadas as características dos indivíduos. A pobreza, o nível de instrução, a zona de residência entre outras características podem influenciar o uso dos métodos contraceptivos, assim, há necessidade de mapear esses factores e sempre que possível minimizar o seu impacto. Em relação às barreiras ao PF, foi indicado que em alguns países da região austral de África o não reconhecimento do risco de engravidar tem sido uma barreira ao uso de métodos anticonceptivos. Sugeriu-se a necessidade de se investigar se tal situação não poderá estar a acontecer também em Moçambique.

Alguns participantes questionaram por que razão o aborto não pode ser uma prática contraceptiva.

A discussão também incluiu o desafio do financiamento dos programas por parte do governo (MISAU) devido a retirada do financiamento do governo americano aos programas de PF e

aborto, ao que foi referido que há neste momento contactos em curso com outros potenciais financiadores para a área, para assegurar a continuidade destes programas.

## **APRESENTAÇÕES**

### **MINISTÉRIO DA SAÚDE**

**APRESENTADORA: PÁSCOA WATE**

**TEMA: Planeamento Familiar: Desafios da Oferta dos Serviços de PF pelo SNS**

**MODERADOR: Mohamed Riaz Mobaracaly**

Na apresentação sobre os desafios de oferta dos serviços de planeamento familiar pelo sistema nacional de saúde foi reconhecido que apesar dos esforços com vista a garantir o acesso e oferta do PF através dos diferentes mecanismos (Unidades Sanitárias, Comunidades, brigadas móveis e nas escolas), Moçambique continua um dos países da África Austral com a mais baixa prevalência de contraceção, não obstante o planeamento familiar ser uma prioridade no programa quinquenal do governo (2015\_2019) e do plano estratégico do sector de Saúde (PESS) 2014-2019.

O número de filhos por mulher continua elevado num contexto onde 1 em cada 2 meninas dos 15 aos 19 anos de idade é mãe ou está grávida pela primeira vez. Igualmente, 1 a cada 2 mortes entre mulheres dos 15 a 24 anos de idade é por causas relacionadas com a gravidez, parto e aborto.

Apesar do aumento verificado na utilização dos métodos modernos de contraceção de 11 para 25 em cada 100 mulheres entre 2011 e 2015, as províncias da região norte do país (Cabo Delgado, Nampula e Niassa) continuam abaixo da média nacional.

As adolescentes do grupo etário dos 15 aos 19 anos apresentam maior necessidade não satisfeitas de contraceção, cerca de 26.2%

### **Desafios**

Aumentar o acesso e a oferta do PF e de métodos modernos de contraceção

Diminuir as necessidades não satisfeitas de métodos modernos de contraceção

Continuar a melhorar a cobertura de intervenções específicas para os adolescentes e jovens

### **Perspectivas**

Reforçar a parceria entre o governo, parceiros, organizações da sociedade civil, sector privado e comunidade, de forma a fortalecer e a melhorar a visibilidade das acções dos outros actores no acesso e oferta de PF e de métodos modernos de contraceção.

Reforçar a necessidade de envolvimento activo dos outros sectores do governo no PF através da criação de uma plataforma multisectorial para as questões de PF, com réplica ao nível provincial.

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**CENTRO DE PESQUISA EM POPULAÇÃO E SAÚDE**

**TEMA:**

**BARREIRAS DO ACESSO E USO DOS SERVICOS DE PLANEAMENTO FAMILIAR**

**Apresentador: Boaventura Cau**

**Moderador: Mohamed Riaz Mobaracaly**

Na contextualização sobre as barreiras de acesso e uso dos serviços de Planeamento Familiar o apresentador faz referencia à evidência existente sobre os benefícios do PF, mostrando de seguida e com base nos Inquéritos Demográficos e de Saúde (IDSs) e Inquérito de Indicadores de Imunização de Malária e HIV/SIDA em Moçambique (IMASIDA) a percentagens de mulheres casados dos 15 a 49 anos, residentes nas áreas rurais e urbanas em Moçambique com necessidades não satisfeitas de contracepção. As províncias de Manica (27%), Niassa (29) e Zambézia (30%) são as que apresentam as mais elevadas necessidades não satisfeitas de PF. Relativamente as barreiras de acesso e uso de PF a apresentação apontou para os seguintes aspectos que podem actuar de forma independente e combinada.

- a) Falta de conhecimento sobre o PF
- b) Acessibilidade e disponibilidade dos serviços de PF
- c) Custos dos serviços de PF
- d) Possíveis efeitos colaterais e mitos sobre o PF
- e) Normas socioculturais

Como questões para reflexão o apresentador colocou as seguintes:

No contexto actual, como podemos reforçar as nossas acções para melhor responder ao nível de necessidade não satisfeita de PF dos diferentes grupos sociais e áreas geográficas do país?

No contexto do nosso país, que acções específicas podem ser realizadas para reduzir os efeitos de cada barreira ao uso dos métodos de PF?

**TEMA: Planeamento Familiar Contribuição das Organizações Não Governamentais (ONG) para a Satisfação das Necessidades de Planeamento familiar em Moçambique.** Papel da AMODEFA e do Programa Multissectorial de Adolescentes e Jovens – Ministério da Educação, da Juventude e Desportos e da Saúde, da AMODEFA e o do FNUAP

**APRESENTADORA:** Cecília Bilale

**MODERADOR:** Mohamed Riaz Mobaracaly

Ao dissertar sobre a contribuição das ONG para a Satisfação das Necessidades de PF, a apresentadora centrou a sua análise na Associação de defesa da Família (AMODEFA) fundada em 1989 na perspectiva de dar novo ímpeto a saúde sexual e reprodutiva que, ultrapassava os aspectos meramente clínicos do PF envolvendo acções transversais de Informação, Educação, Comunicação, Investigação e Envolvimento em projectos comunitários de desenvolvimento, com vista a criar condições para uma maior participação dos membros da família na sociedade.

Ao assumir liderança na resposta aos desafios da Saúde Sexual e Reprodutiva, com enfoque especial aos adolescentes e jovens com destaque para a rapariga, esta agremiação tinha por objectivo “Contribuir para a estabilidade da família através de acções de informação, educação e comunicação, e outras de carácter económicas, tendentes a encorajar uma relação cada vez mais coesa entre os vários membros da família e destes para com a sociedade”

Foi neste contexto que surgiram programas multissectoriais como “Geração Biz” em 1999 onde a AMODEFA e ARO JUVENIL representavam a participação da Associações no programa.

A apresentadora destacou entre os desafios a resistência dos pais em aceitar a aderência dos filhos aos programas de SSR sob pretexto de os estimular a relações sexuais precoces visto que a informação que lhes estava a ser transmitida poderia precipitar as suas práticas sexuais.